

Sacralizando Clio: religião e concepção de História em escolas públicas de Penápolis, SP (1990-2010)

Carlos Eduardo Marotta PETERS*

Resumo: O presente artigo analisa a inserção de discursos religiosos em escolas estaduais na cidade de Penápolis, SP, entre 1990 e 2010. Discute a concepção de História presente em tais discursos e como eles foram inseridos no cotidiano escolar. O trabalho se insere no âmbito da História Cultural, de onde extrai seus conceitos fundamentais, como *representação e poder simbólico*.

Palavras-chave: Representação. Escola Pública. Religião. Poder Simbólico.

Sacralizing Clio: religion and design of History in public schools of Penápolis, SP (1990-2010)

Abstract: This article analyzes the inclusion of religious discourses on state schools in the city of Penápolis, São Paulo state (SP), between 1990 and 2010. It discusses the concept of history present in such discourses and how they were entered into the school routine. The work is inserted under the Cultural History category, from where it draws its fundamental concepts such as representation and symbolic power.

Keywords: Representation. Public School. Religion. Symbolic Power.

Desde que ingressei no magistério, atuando no nível fundamental e médio em uma escola estadual de Penápolis (interior do estado de São Paulo), passei a analisar como dirigentes, orientadores de ensino, supervisores selecionam conteúdos, metodologias e até mesmo valores a serem inseridos no processo de ensino-aprendizagem. Percebi que tais escolhas eram baseadas em princípios democráticos, expressos nos parâmetros curriculares nacionais e estaduais, construídos com base em certo conceito de *cidadania*. Além disso, notei que uma parte significativa de professores e autoridades escolares inseria em sua ação pedagógica conteúdos e valores referentes às suas crenças religiosas. A presença da religião nas escolas públicas brasileiras é fenômeno antigo. Desde a primeira

* Doutor em História Social - Programa de Doutorado em História da Universidade Estadual Paulista – Av. Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário – Assis, SP, Brasil. E-mail: marottapeters@yahoo.com.br.

experiência republicana brasileira (1899-1930) criou-se uma tensão entre partidários de um ensino laico e defensores do ensino religioso. Essa oposição, que gerou tensões, negociações e acomodações, está presente até os dias atuais.

Como partícipe da instituição escolar, senti necessidade de buscar explicações para tal fenômeno no âmbito dos estudos históricos e sociológicos sobre educação e religião, sendo a questão da inserção do discurso religioso nas escolas públicas a partir da redemocratização do Brasil o foco de minhas reflexões. Meu interesse no tema se justifica porque considero a ação pedagógica como fundamental no processo de reprodução de certo arbitrário cultural.

Com o intuito de transformar tal fenômeno, ainda impreciso, em um objeto de pesquisa, realizei um amplo levantamento de dados entre os anos de 2001 e 2005 em diversas escolas da rede estadual de ensino e apliquei questionários a alunos e professores do ensino fundamental e médio de unidades escolares da região noroeste do estado de São Paulo¹. A amplitude da amostragem levou, em função da impossibilidade de análises muito profundas, a diversos recortes. No fim de 2004 decidi que seria mais proveitoso um trabalho intensivo com um número reduzido de UEs, o que permitiria um levantamento de fontes mais criterioso. Desde então, o levantamento de fontes foi realizado em oito escolas estaduais da cidade de Penápolis: o CEFAM, a EE Profa Luiza M. B. Nory, a EE Augusto Pereira de Moraes, a EE Profa Ester Eunice, a EE Adelino Peters, a EE Profa Yone Dias de Aguiar, a EE Carlos Sampaio Filho e a EE Luiz Crisóstomo de Oliveira. O foco da pesquisa documental foi a EE Yone Dias de Aguiar, escola onde lecionei a disciplina de História entre 1999 e 2008. O contato constante com a realidade escolar da referida instituição e a facilidade de acesso aos dados, aos agentes pedagógicos e ao corpo discente justificam tal escolha.

O resultado da pesquisa foi minha tese de doutorado A cadeira de rodas de Stephen Hawking: religião, representação do outro e da ciência em escolas públicas de Penápolis na virada do século XX para o XXI, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Este artigo é um desdobramento das reflexões contidas na tese. O presente texto se debruça sobre a concepção de História subjacente aos textos religiosos utilizados por professores de História e de outras disciplinas em sala de aula.

Para a produção do trabalho, busquei inspiração na História Cultural, utilizando, em especial, o conceito de *representação*. As *representações* têm a capacidade de substituir a realidade que representam, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. Ela mobiliza pessoas e grupos sociais e produz reconhecimento e legitimidade social, inserindo-se em regimes de verossimilhança e de credibilidade. As *representações*, nessa

perspectiva, podem ser vistas como matrizes geradoras de condutas e práticas sociais (PESAVENTO, 2005).

O mundo é construído de forma diferente de acordo com os grupos sociais. Aqueles grupos que conseguem legitimar seus discursos e práticas, de acordo com Pierre Bourdieu, adquirem poder simbólico para impor certa leitura do real. A análise das *representações* permite que se entenda a realidade como um campo de forças para se definir o que é real (BOURDIEU, 1989, *passim*).

Com as mudanças que ocorreram no universo religioso brasileiro, a partir do século XX, as lutas no interior desse campo ficaram mais acirradas. Tais mudanças já eram analisadas nos trabalhos pioneiros de Cândido Procópio Ferreira de Camargo. O autor detectou um crescimento significativo do espiritismo, do protestantismo e das religiões de matriz afro-brasileira. Na virada para o século XXI, os grupos que mais cresceram foram os protestantes de vertente pentecostal e, principalmente, neopentecostal. Esses grupos passaram a atuar de forma muito mais incisiva para a busca de novos fieis, utilizando os meios de comunicação de massa, a política e a educação. Meu trabalho busca entender exatamente que discursos religiosos foram inseridos nas escolas públicas de Penápolis e como tais discursos concebem a história da humanidade.

No interior das escolas públicas brasileiras, as principais reflexões sobre o homem, em sua dimensão social, cultural, política e econômica, são realizadas pelas ciências humanas e sociais. O ensino dessas ciências, inserido nos currículos das escolas públicas como resposta às necessidades inerentes à construção da *nação* brasileira e do regime republicano, passou por um longo processo de laicização. As explicações sobre o mundo construídas pela História (e atualmente pela Sociologia, pela Filosofia e por diversas outras disciplinas) tende a ser a despeito de se filiarem a uma ou outra tendência historiográfica, secular.

Mais recentemente, sobretudo após a abertura democrática da década de 1980, a questão da cidadania, dos direitos, da liberdade de pensamento, da diversidade cultural, entre outros, passou a embasar os parâmetros curriculares. Nos objetivos gerais do ensino fundamental, por exemplo, houve uma ênfase na ideia de participação política e social, no exercício de deveres e direitos, no posicionamento crítico diante do mundo e na valorização da pluralidade do patrimônio cultural brasileiro. Como consequência, o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) defendeu o combate a qualquer tipo de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais ou sociais. Tais diretrizes se inseriram, portanto, numa visão de modernidade marcada pelo elogio do pluralismo e da valorização do indivíduo.

As ciências humanas e sociais foram aquelas às quais foi confiado o papel de transmitir tais valores. As disciplinas de História, Sociologia e Filosofia foram as mais mobilizadas para a discussão dos temas comentados acima. Meu objetivo é analisar, neste artigo, como o ensino de História passou a ser representado pelo discurso religioso no interior das escolas públicas; um discurso que, desde o princípio, se opôs ao laicismo presente nas abordagens da realidade nas ciências humanas e sociais. Escolhi centrar a análise na História por se tratar de uma disciplina que existe em todos os anos do ensino fundamental e médio. A inserção da Sociologia e da Filosofia no currículo escolar é mais recente. Por esse motivo, a História passou a ser o principal alvo dos religiosos. Mencionarei as representações religiosas acerca da Sociologia e da Filosofia quando for necessário, até porque os textos religiosos não se preocupam em diferenciar tais disciplinas. Todas elas aparecem, nos textos analisados, como disciplinas idênticas, sancionadas negativamente por supostamente desviarem os cristãos de seu caminho.

Os planos de ensino de História produzidos a partir do final da década de 1980 expressam os valores acima descritos. A maioria deles, a despeito de posições políticas diferenciadas e de vinculações também diferenciadas a certas correntes historiográficas, apresenta o homem como construtor de sua história. Entre fins da década de 1980 e meados da década de 1990, o ensino de História foi marcado por abordagens marxistas. A sucessão dos modos de produção e as relações sociais daí decorrentes estavam presentes em mais de 70% do material coletado. A noção de ideologia, nesses documentos, ocupava lugar central. O sistema feudal, por exemplo, era visto como um sistema econômico mantido pela ideologia religiosa. Os renascimentos, o liberalismo de John Locke, o Iluminismo e as revoluções burguesas, eram apresentados como momentos fundadores da modernidade, que libertaram o homem do jugo da religião, portanto do mito. A dessacralização do mundo era apresentada como uma consequência da modernidade.

A partir do final da década de 1990, o ensino de História começou a sentir os efeitos das mudanças de paradigma acontecidas no interior de Clio. Sob a influência da história das mentalidades francesa e de diversas vertentes que compõem a História Cultural, surgiram planos que optaram por análises pautadas por eixos temáticos. Ainda que boa parte dos planos continuasse seguindo uma abordagem economicista da História, outra parte expressava uma preocupação cada vez maior com *mentalidades* e com a análise da diversidade cultural. O conceito de *mentalidade*, ainda que genérico e impreciso, começou a substituir o de ideologia. Tais planos, em virtude da abordagem *culturalista*, expressavam uma preocupação maior com o estabelecimento da tolerância e a valorização da diversidade cultural. O mergulho no universo cultural de povos diferentes tendia a ser apresentado de forma relativista, sem ênfases valorativas.

No início do presente século pude perceber uma cisão teórica entre os professores de História. Alguns permanecem atrelados a uma abordagem economicista, ancorados numa filosofia da história capaz de dar sentido às mudanças estruturais da história humana, ao passo que outros se voltam cada vez mais para uma abordagem *culturalista* da história, marcando as diferenças entre as diversas civilizações e povos. Poucos eram os que faziam uma fusão entre as duas tendências, e quando o faziam, apresentavam a cultura como simples reflexo da estrutura econômica. Uma minoria seguia parâmetros mais antigos, apresentando a história como uma sucessão cronológica de *grandes feitos* de *grandes homens*, apesar dessa visão ser fortalecida pela disseminação nas escolas do discurso neoliberal.

O fenômeno religioso, nas primeiras abordagens, era relativizado, visto como consequência da configuração econômica e política do mundo, o qual as religiões deveriam legitimar. Na segunda, o teor universalista das religiões de conversão era contrastado com as religiões tradicionais, responsáveis pela fundação e manutenção das relações sociais, baseadas em complexos critérios de reciprocidade. No ensino da História cronológica tradicional, por sua vez, a religião era tratada de outra forma. Os jesuítas eram retratados como heróis nacionais, responsáveis pela difusão do cristianismo entre os índios e pela proteção deles diante da ânsia dos colonos pela escravização do gentio. Na história republicana, a religião foi valorizada como elemento fundamental na manutenção da moral e dos bons costumes. Tratava-se de um tipo de ensino de História conservador, que não problematizava a realidade histórica e concebia a sociedade como um todo que tende à harmonia. As menções à religião, nessa modalidade de ensino, destacavam, unicamente, a atuação da Igreja Católica. Cronologicamente, o estudo da ação católica se restringia, por sua vez, aos períodos colonial e imperial. Da República Velha até os dias atuais a religião, literalmente, desaparecia da história.

Foi principalmente contra as duas primeiras abordagens majoritárias que os textos religiosos desferiram seus ataques. Já em 1995, um texto crítico ao ensino de História circulou por pelo menos três escolas públicas. Intitulado *A verdade das escrituras contra os falsos profetas*, o referido texto atacava, em especial, a vertente marxista da História, vista como perniciosa para os alunos:

A escola pública é o único lugar aonde ainda são acolhidas as ideias empoeiradas de Marx. Hoje sabemos que são ideias falsas, que levaram à perdição nações inteiras como a Rússia e a China. Onde essas ideias geraram frutos se instalou o caos e a destruição dos valores cristãos. O marxismo é uma ideologia de ateus e de adoradores do demônio. Marx era um devoto de Satanás e foi inspirado por ele quando escreveu seus livros. Ele espalhou ódio e discórdia entre os homens e quase destruiu o mundo. (A VERDADE..., 1995, p. 1).

Em seguida, o texto acusava especificamente os professores de História de serem porta-vozes do diabo: “Os professores de história de nossas escolas podem até trabalhar com boas intenções. Mas são, sem saber, manipulados pelo diabo e transformados em divulgadores de falsas ideias.” (A VERDADE..., 1995, p. 2).

A *demonização* do ensino de História baseada em critérios marxistas se completava com uma crítica ao materialismo da referida abordagem, visto como contrário ao cultivo da fé:

Por que tais ideias são tão perigosas? Por terem nascido da pena do diabo, elas levam o homem a crer que só a matéria importa, levando o homem a valorizar só as coisas da Terra e da carne. O homem materialista de Marx só busca o dinheiro e o prazer e não cultiva o espírito por que não teme a Deus. (A VERDADE..., 1995, p. 2).

O materialismo histórico de Marx, nesse caso, não era apresentado como um método para se abordar a realidade histórica, mas sim como uma valorização da vida material. No final, o texto acabava acusando Marx de defender valores que ele mesmo combatia, e que estão associados ao consumismo e individualismo desenfreado do mundo capitalista. Vários foram os textos religiosos que, ao fazerem uma crítica à História marxista, se referiram, sobretudo, a valores caros ao liberalismo. As ideias e ideologias seculares foram misturadas e tidas como inimigas da fé. Nesse sentido, Marx, Nietzsche e outros teóricos da modernidade passaram a ser vistos como representantes de uma mesma corrente de pensamento; corrente unida pela crítica à religião e pela pregação de valores materiais:

Essas teorias que fazem o homem se desviar da fé devem ser combatidas e eliminadas das nossas escolas. Não há nada de bom em se ensinar as ideias de homens nefastos como Marx, Nietzsche, Darwin e muitos outros, que formam um verdadeiro exército de inimigos da verdade e da fé. (A VERDADE..., 1995, p. 3).

Aos poucos, as críticas dirigidas ao marxismo foram substituídas por outras críticas, voltadas para uma abordagem histórica mais antropológica. As confusões teóricas não desapareceram. O relativismo cultural, presente nas abordagens *culturalistas*, também foi alvo dos religiosos. Num texto chamado *Relativismo e crise de valores*, a ênfase recaiu sobre sua suposta manipulação por *inimigos da fé*:

[...] muito se defende por aí de tolerância, de relativismo de valores. O que não nos falam é que isso faz com que as verdades da fé não tenham mais validade. E se elas não valem mais, os inimigos da fé, aqueles que defendem o relativismo, estão livres para agir. (RELATIVISMO..., s/d, p. 1).

Entre os inimigos da fé arrolados pelo texto, estavam presentes ateus, cientistas e homossexuais. O cientista apareceu, neste texto, como ateu convicto, que produziria conhecimento apenas para desautorizar as explicações religiosas: “A função desses cientistas é buscar explicações alternativas, que contradizem a verdade das escrituras. Tudo o que eles fazem é com o intuito de destruir tudo o que é sagrado”. (RELATIVISMO..., s/d, p. 1).

Outros textos, com teor semelhante ao abordado acima, dirigiram suas críticas especificamente para o modo como as culturas não cristãs eram tratadas pela História e por outras ciências. Entre os principais temas analisados em tais textos, estava a questão do índio brasileiro. Nas abordagens marxistas, o índio aparecia como vítima do processo de ocupação do Brasil e, em seguida, de expansão do capitalismo. Nas análises *culturalistas*, por sua vez, pelo menos a partir do final da década de 1990, a ênfase recaía sobre o universo cultural das tribos e as sucessivas trocas culturais com os colonizadores, principalmente com os jesuítas. Ambas as abordagens foram criticadas. A primeira, apesar de fornecer bases para as próprias reflexões religiosas sobre a questão indígena, foi criticada porque considerava a colonização unicamente como um ato de violência, que só trouxe malefícios aos índios, como podemos ver no texto *Mentiras sobre os índios*:

Não podemos achar que os índios viviam em harmonia com a terra porque eles eram selvagens, e como selvagens não conseguiam extrair da terra toda sua potencialidade. Os portugueses vieram para o Brasil com mais técnicas e puderam transformar a terra em riqueza. Se não fossem eles, seriam outros. O que nós temos que pensar é como integrar o índio na prosperidade do capitalismo. (MENTIRAS..., s/d, p. 1).

As críticas mais duras, contudo, se dirigiram às abordagens *culturalistas*. Foi atacada, em especial, a busca pela lógica interna das culturas indígenas, derivada de uma abordagem antropológica. Tal análise intentava mostrar aos alunos os sentidos de mundo produzidos no interior de diversas culturas, negando a validade de uma análise valorativa. Entre os materiais utilizados pelos professores nas aulas que tratavam do assunto, o mais recorrente era o livro *Cultura, um conceito antropológico*, de Roque Laraia, com ênfase para o capítulo que trata a cultura como uma *lente*, por meio da qual o homem vê o mundo. Os professores religiosos provavelmente tiveram contato com tal material, uma vez que muitas das críticas formuladas por eles parecem respostas às questões propostas pelo livro:

Dizem que toda a cultura tem um valor em si. Isso não é verdade. Existem culturas evoluídas e mais próximas da verdade de Deus e outras primitivas, que podem levar o homem à perdição. Não adianta ficar ensinando como os índios viam o mundo. A visão de mundo deles era errada e era filha da ignorância e do atraso. (DISCUTINDO..., s/d, p. 1).

Como as culturas indígenas foram representadas como atrasadas, a leitura que tais textos fazem da colonização portuguesa, e das políticas indigenistas, reproduziam concepções que legitimaram o domínio dos povos considerados *atrasados* ou *inferiores* pelos europeus, com a justificativa da expansão da civilização e do cristianismo:

[...] de fato os índios já estavam aqui quando os portugueses chegaram, mas eles viviam uma vida selvagem e idólatra. Se alguma coisa de positiva pode ser tirada da conquista sobre os índios é a cristianização dos mesmos, que viviam em pecado. (DISCUTINDO..., s/d, p. 1).

Outro texto reforçava essa ideia, associando o continente americano ao *caos*, que ainda não havia sido *tocado* pela missão evangelizadora dos europeus:

A América ficou, por muito tempo, afastada de Deus. Não sabemos por que desígnio ele preferiu assim. O cristianismo teve que ficar forte para poder se espalhar pelo mundo. Assim a cristianização da Europa demorou muito tempo para acontecer totalmente, e a missão da Europa de cristianizar o mundo só ficou madura na época dos grandes descobrimentos. Assim a Europa pode cristianizar a América com mais força, destruindo o caos de crenças demoníacas que existiam nela. (A EUROPA..., s/d, p. 1).

Pouco a pouco, os textos passaram a analisar os índios numa perspectiva não apenas histórica, mas também política, sobretudo quando do aumento da cobertura da mídia acerca dos embates entre índios e colonos no norte do Brasil. Muitos textos religiosos assumiram a postura conservadora e nacionalista de parte dos militares brasileiros, que veem na demarcação das terras indígenas e na luta das ONGs em prol dos direitos dos índios uma ingerência indevida de estrangeiros na política interna do país:

Os índios recebem hoje emissários estrangeiros em suas tribos e evitam o contato com o Brasileiro. Eles querem roubar nossas riquezas e os índios são coniventes. Essa história de autodeterminação dos povos indígenas é uma estratégia para enfraquecer o Brasil e evitar a cristianização dos índios por missionários bem intencionados. (QUE QUEREM..., 2007, p. 1).

Em meados de abril de 2008, o então Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, em palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro afirmou que as terras indígenas da fronteira amazônica representavam um risco à soberania nacional.

Sua fala aconteceu num seminário, promovido por aquele clube, que se chamou "Brasil, ameaças a sua soberania". Além dele, outros nacionalistas discursaram no evento, como o advogado Ives Gandra Martins, membro da organização católica ultraconservadora *Opus Dei*. O tom das falas foi alarmista:

Frente à disputa judicial que se desdobra em torno da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, na fronteira nordeste de Roraima, as palavras do General Heleno, condenando a política indigenista brasileira como "lamentável e caótica", causaram forte impacto jornalístico. Como desdobramento, outras vozes, militares e conservadoras, no mesmo tom, clamaram atenção. O tema no qual se harmonizam essas vozes pode ser sintetizado como o do fantasma retórico de uma nova e iminente ameaça à "segurança nacional": a da "balcanização" étnica, capitaneada por ONGs internacionais, por meio da instrumentalização dos povos indígenas brasileiros, que poderia até mesmo desembocar numa perigosa e incontrolável catarata de processos "secessionais" do território nacional. (CAVALCANTI-SCHIEL, 2008, p. 1).

No rastro do evento, muitas lideranças militares deram seu apoio aos conservadores, com ataques sistemáticos à política indigenista do governo brasileiro, que tendia a reconhecer e proteger os índios. Esse direcionamento fora dado a partir da influência do positivismo do Marechal Rondon, que inspirou a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). A noção positivista de que os índios deveriam ser incorporados, aos poucos, à nação brasileira e que deveriam ter suas terras demarcadas e suas culturas preservadas desagradou, desde a década de 1910, os latifundiários do país². Com a contínua ocupação da Amazônia pelas atividades capitalistas, os choques com os índios se radicalizaram a partir da década de 1970. Mais recentemente, diversos grupos conservadores (muitos deles influenciados por agentes econômicos interessados na exploração econômica das terras indígenas) lançaram ofensivas nos meios de comunicação, principalmente na internet, com a divulgação de teorias conspiratórias, que associavam ONGs, a ONU e os próprios índios numa trama para fazer o Brasil perder a Amazônia.

Em 2007, mas com maior força em 2008, tais teorias conspiratórias passaram a fazer parte de textos religiosos que tratavam da questão indígena:

Se fala [sic] muito hoje nos direitos dos povos indígenas, mas se esquece que foram os brancos que tiraram os índios do barbarismo por meio da pregação cristã. Até hoje missionários religiosos tentam arrancar os índios de suas crenças primitivas e são atrapalhados por leis anacrônicas, que querem preservar o que chamam de patrimônio cultural. Só quem quer espoliar o Brasil pode defender o barbarismo dessa forma, aliciando os índios contra os brasileiros e tomando pouco a pouco suas riquezas. (QUE QUEREM..., 2007, p. 1).

Em muitos textos, a noção de que o *progresso* do país deve passar necessariamente pela destruição da cultura indígena foi defendida. Tais textos articulavam argumentos econômicos e religiosos:

O Brasil para ser uma grande potência e progredir precisa dinamizar sua economia e defender seus recursos naturais que hoje são pilhados por estrangeiros com a ajuda dos índios, que são ingênuos ou mal intencionados. Se as reservas indígenas tiverem autonomia elas vão acabar nas mãos de estrangeiros que ainda vão preservar culturas idólatras em proveito próprio, dificultando a ação dos missionários de Cristo. Muitos índios já estão voltando a praticar o canibalismo, de tanta liberdade que possuem a partir da defesa de grupos de interesse. (O PROBLEMA..., 2007, p. 1).

Os discursos religiosos presentes nos textos recolhidos absorveram e deram novo significado a argumentos liberais e autoritários, culminando com a defesa da absorção do índio pela sociedade brasileira e pelas religiões dominantes. Uma ideia que perpassava a maioria dos textos é a de que a política indigenista é anacrônica e que os próprios índios demandam a presença dos missionários, descartando espontaneamente sua cultura:

Os índios não querem mais ser idólatras e viverem no passado. Querem se integrar no mundo moderno e fazerem parte do progresso. Os missionários são recebidos de braços abertos e só são perturbados por leis velhas, criadas por ateus e estrangeiros interessados na riqueza do Brasil.(OS ÍNDIOS..., 2007, p. 1).

Não só sobre a América portuguesa e sobre a questão indígena versavam os textos religiosos. Alguns explicavam a colonização de toda a América aproveitando a clássica dicotomia entre colônias de povoamento e colônias de exploração, incluindo nela a vontade de Deus:

Os Estados Unidos foram colonizados pela Inglaterra segundo a forma do povoamento. Para lá migraram peregrinos que queriam fundar uma nova pátria, um novo lar, nos mesmos moldes de sua terra natal. Eram escolhidos por Deus para plantar a semente da fé no novo mundo e combater os infiéis e pagãos. Na América do Sul as coisas não foram iguais. Aqui chegaram portugueses e espanhóis católicos que queriam primeiro explorar a terra e enriquecer. A ganância falou mais alto que a fé e a religião fraca que eles tinham impediu que a cristianização fosse completa. (AS COLÔNIAS..., 2003, p. 1).

Neste ponto, mais uma vez, se tecia uma crítica ao catolicismo e um elogio ao protestantismo professado pelos colonizadores sobre como seriam os Estados Unidos. Essa

crítica se radicalizou em textos que utilizavam de forma livre a clássica análise de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo:

Foi nos Estados Unidos que os protestantes penetraram na América. Com sua religião ilibada e sua ética forte, eles espalharam a palavra de Deus e construíram uma grande nação e uma economia rica e acolhedora. Eles trabalhavam a terra de sol a sol e se uniam em comunidade para construir seu novo mundo. Já no Brasil os católicos não tinham ética e queriam só tirar da terra o que ela podia dar. A falta do protestantismo no Brasil foi a primeira causa de nosso subdesenvolvimento. Hoje, o Brasil já tem sua reforma protestante e caminha a passos largos para um futuro grandioso. (O BRASIL..., 2004, p. 1).

Uma mistura de análise histórica e pregação religiosa permeava uma parte significativa dos textos que falavam das benesses do protestantismo e dos problemas gerados historicamente pelo catolicismo no Brasil. Em alguns momentos, as análises lembravam, vagamente, passagens da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, especialmente nas partes que versam sobre dois tipos puros de colonos – o trabalhador e o aventureiro:

O homem que colonizou o norte era trabalhador e tinha como objetivo construir sua vida e seu mundo. Não queria ganho imediato ou riqueza sem esforço, enquanto que no Brasil os portugueses se aventuravam atrás de ouro fácil e de outras riquezas. Quem trabalhava para ele eram os escravos. Ele não tinha a mesma visão do norte-americano. Queria ficar rico logo. Não era protestante e trabalhador como os norte-americanos. (O BRASIL..., 2005, p. 1).

Apesar dessa semelhança, não encontrei indícios de que o anônimo autor do texto tivesse lido a obra em questão. Os textos não possuíam referências e tampouco faziam menção a autores consagrados, ainda que parte de suas ideias não fosse estranha à certa tradição historiográfica. Na maioria das vezes, os textos utilizavam a oposição entre trabalhador e aventureiro para legitimar o crescimento do protestantismo no Brasil contemporâneo. As atuais mudanças no campo religioso brasileiro foram apresentadas como positivas para o processo de desenvolvimento do país:

O Brasil de hoje vive uma guinada fantástica. Os evangélicos somam milhões de pessoas, prontas para trabalhar pela grandeza moral e econômica do país. Estão prontos também para superar as superstições e os falsos profetas. O Brasil hoje já pertence a Cristo. Falta pouco para que tenhamos um presidente evangélico, capaz de governar segundo a lei divina. Este é o cenário de um renascimento do país como nunca se viu antes. Logo seremos a maior nação evangélica do mundo, pronta a tomar o

lugar da Europa e dos Estados Unidos como local de difusão do Evangelho de Jesus Cristo. (O BRASIL..., 2002, p. 1).

O Brasil, segundo o excerto supracitado (a ideia se repete em vários textos diferentes), seria uma espécie de substituto das antigas nações cristãs. O papel histórico do país seria, segundo tal visão, estabelecido pela providência divina. Não são poucos os textos que mencionaram a África para justificar este papel missionário da nação brasileira. Os autores tomaram, contudo, uma série de cuidados para não reproduzirem a noção de que a África é o continente do pecado, noção que justificou, no passado, a escravização dos africanos:

O Brasil hoje dá provas de seu valor evangélico, enviando milhares de missionários para a África, não só para dar ajuda humanitária àquele povo tão sofrido, mas para pregar o Evangelho de Jesus a todos os povos e livrá-los dos medos e das superstições que os enfraquecem. A África, cada vez mais e com a ajuda de brasileiros, vem se transformando numa terra evangelizada. (O PAPEL..., 2005, p. 1).

Embora o conteúdo racista estivesse mitigado nesses textos, alguns estereótipos acerca da África foram reproduzidos. Ela não foi abertamente vista como um *continente de pecado*, mas diversos textos se referiram a ela como *terra de idólatras*, *inferno na Terra*, *continente do animismo*, *terra de misticismo* e até mesmo, *continente primitivo*. Tais estereótipos também foram aplicados ao Brasil e a condenação às religiões afro-brasileiras apareceu nos textos de forma a simplificar o universo de crenças africanas e afrodescendentes. Houve uma grande *demonização* dessas religiões e religiosidades, que foram associadas à bruxaria e ao satanismo:

O diabo está muito presente lá [na África] por causa dos cultos tribais primitivos. O candomblé, essa religião do mal, veio de lá. É por isso que o Brasil é muito parecido com a África. Lá e aqui a bruxaria se espalhou pelo povo e desviou esse povo do caminho de Deus. (ÁFRICA..., 2003, p. 1).

Esse tipo de raciocínio levou a maioria dos textos a conceber os processos históricos como reflexos de uma vontade superior. Podemos dizer que, na maioria desses textos, o que se produziu (ou reproduziu) foi uma concepção teológica da História, que se enquadra no modelo proposto por Guiorgui Plekhânov em *A concepção materialista da História* (1980, passim). Segundo Plekhânov, a concepção teológica da História estabelece que os fenômenos da natureza e das sociedades humanas não estão relacionados uns com os outros, submetidos a leis invariáveis, mas são resultado da ação de uma ou de muitas

vontades semelhantes às dos homens. Vontades semelhantes às dos homens, mas pertencentes a seres imortais e superiores ao próprio homem.

Tal concepção, no decorrer da história ocidental, passou por várias formulações. Não é possível discutir nestas páginas as diferentes concepções teológicas da História. No entanto, em todas elas pode-se perceber a visão da providência divina submetendo os acontecimentos históricos. Bossuet, segundo Plekhânov, entendia que os destinos históricos dos povos são regulamentados pela providência e que tudo o que aconteceu com os povos na história tinha um fim único: o bem da civilização cristã e a glória de Deus³.

Essa noção de finalidade única da história estava presente nos textos que analisamos. Para a maioria deles, a história tem como fio condutor a vitória do cristianismo. Todos os eventos históricos, em qualquer época e em qualquer lugar, deveriam ser relacionados a esse fio. É dessa maneira que se analisou a colonização do Brasil e as relações com os índios e os africanos:

[...] os índios viviam fora do conhecimento da verdade. Os portugueses aqui chegaram para trazer a palavra de Cristo a eles. Ainda que essa palavra fosse distorcida pela Igreja Católica, era a vontade de deus que espalhava o nome de seu Filho pelo Novo Mundo. (AS RAZÕES..., 1998, p. 1).

O texto acima, evangélico, aproveitou o tema para criticar a Igreja Católica, responsável direta pela difusão do cristianismo na América Portuguesa. As críticas se aprofundaram em outros textos, que representaram o catolicismo como uma religião fraca, permeada de *crendices* e *contaminada* por outras religiões, consideradas *primitivas*. A crítica, evidentemente, se dirigia ao catolicismo popular brasileiro, com sua tênue presença institucional e sua capacidade para absorver elementos de outras religiões. Sabe-se, desde as obras pioneiras de Eduardo Hoornaert e de muitos outros estudiosos que se debruçaram sobre o catolicismo brasileiro, que a história institucional do catolicismo é, de certa forma, a história da tentativa de imposição de um catolicismo oficial, afinado com o projeto colonial, e que, no âmbito da *cultura popular*, muitos outros catolicismos foram gestados (1991, passim). Esses *catolicismos populares* não são dogmáticos ou institucionalizados, o que incomoda a maioria dos evangélicos, em razão do apego que eles possuem em face das escrituras e do pertencimento a grupos institucionalizados. Por esse motivo, a religião e a religiosidade do Brasil colonial foi representada como *fraca* ou *contaminada*:

[...] essa religião que os portugueses trouxeram é cheia de superstições e misticismos. Assim, o Brasil ficou um bom tempo sem conhecer a verdade. É por isso que há tanta tolerância com esses feiticeiros e curandeiros que existem até hoje e espalham falsos deuses. (AS RAZÕES..., 1998, p. 1).

Mas, não só do Brasil colonial falavam os textos religiosos. Eles também estenderam sua análise para o mundo contemporâneo, dando novos significados aos eventos históricos valendo-se da ideia de providência. Se a colonização do Brasil foi vista como resultado da providência divina, e os portugueses eram instrumentos de Deus, o mesmo raciocínio foi aplicado à conjuntura geopolítica da passagem para o século XXI. Agora não mais os portugueses, mas sim os Estados Unidos foram representados como portadores de uma missão divina, o que aproxima a fala de muitos textos daquela produzida pelos conservadores norte-americanos:

[...] hoje em dia quem defende a bandeira de Deus contra os idólatras e infiéis é o governo dos Estados Unidos. Se eles exageram, às vezes, é porque os homens não são perfeitos. A luta dos Estados Unidos contra os fanáticos é bem vista por Deus porque evita a destruição do ocidente pelos agentes do mal, como os terroristas e os tiranos. (EM DEFESA..., 2003, p. 1).

Os ataques de 11 de setembro de 2001 estão presentes em vários textos. Muitos deles *demonizaram* os terroristas responsáveis pelo atentado, sem construírem nenhum tipo de análise geopolítica sobre o tema. De fato, a construção do estereótipo do terrorista árabe deu a tônica. Na maioria das vezes, eles foram representados como maus, violentos e loucos. Os textos identificaram como árabes todos os habitantes do Oriente Médio, incluindo iranianos, iraquianos e até mesmo turcos. A *demonização* dos povos árabes também se solidificou por uma oposição entre cristãos e islâmicos, vistos como inimigos inconciliáveis, em função da necessidade de se espalhar o cristianismo:

Vivemos um momento histórico de luta contra os infiéis que em muito lembra as antigas cruzadas. Mais uma vez os cristãos se levantam contra as forças do mal e lutam pela vitória de Cristo no mundo. Os infiéis estão arredios agora, atacaram a maior nação evangélica do mundo. Mas vai chegar um dia em que o cristianismo triunfará e o islamismo será vencido. (A VITÓRIA DO POVO DE JESUS..., 2002, p. 1).

A *luta* dos cristãos contra os *infiéis* foi vista com uma luta de duas frentes. Uma, a luta contra os *infiéis* do Oriente; outra, a luta contra os *inimigos* domésticos. A história ocidental foi representada como uma luta pela consolidação do cristianismo. Assim, se o *papel histórico* do Brasil era se transformar numa grande nação missionária, internamente, seu caminho era a neutralização dos *inimigos internos* representados por outras tradições religiosas e mesmo pelo laicismo:

A marcha da história foi penosa para o Brasil. Quando os portugueses aqui chegaram nossos índios eram idólatras canibais. Muito se penou para que eles fossem convertidos e até hoje há quem defenda a cultura do índio como sendo igual ao cristianismo. O cristianismo foi necessário para que eles chegassem a evoluir em sua cultura. Hoje os inimigos do cristianismo ainda são fortes. Lutar contra esses inimigos faz parte da evolução histórica de nosso país. Infiéis, homossexuais, idólatras, pedófilos, ateus. Ainda restam muitas batalhas. Quando o Brasil estiver limpo por dentro poderá desempenhar melhor seu papel de grande nação evangelizadora. Esse papel já é importante, mas falta muito para ser feito. (O PAPEL..., 2003, p. 1).

Se o *papel histórico* do Brasil foi apresentado pelos professores religiosos como sendo um papel missionário, os textos também mostravam os caminhos que deveriam ser percorridos para que essa vocação fosse potencializada. A luta contra os inimigos internos possuiria alguns caminhos *naturais*:

[...] e como devemos agir para que nossa vocação de nação missionária fosse de fato realizada. Temos muitas estratégias para a vitória. A mais importante é a luta política. Historicamente o Brasil sempre esteve nas mãos de uma elite católica e recentemente vários ateus tem atuado no governo para dar direitos aos nossos inimigos. A evolução histórica do Brasil tem que passar pela luta política. Na hora de votar o eleitor tem que saber em quem vota. Tem que saber se seu candidato é temente a Deus e se quer fazer valer a Sua lei e não a lei dos homens, que é falha e pecaminosa. Os evangélicos só devem votar em irmãos e os outros cristãos devem votar com sua consciência cristã para que os inimigos de Deus não sejam representados no governo. (O PAPEL..., 2003, p. 1).

No segundo trimestre de 2008, vários professores aproveitaram a visita de um casal de missionários norte-americanos a Penápolis para reafirmarem a vocação missionária do Brasil⁴. De acordo com o jornal *Diário de Penápolis*, grande divulgador da empreitada missionária dos norte-americanos, eles fizeram parte de um grupo que se dividiu em duplas para ministrar também em Luiziânia e Cafelândia o "Seminário Pessoas Compartilhando Jesus". Em Penápolis, eles realizaram o treinamento de *multiplicadores* em duas Igrejas Batistas, a Primeira e a Memorial; se encontraram com diversas autoridades, como o prefeito municipal, e pregaram em várias locais, como empresas, escolas (onde distribuíram material explicativo aos alunos) e até a um grupo de funcionários públicos, devidamente reunidos para a ocasião (PINHEIRO, 2008). Os professores utilizaram a visita, e a pregação dos missionários, para enfatizarem a vocação missionária do Brasil em vários textos e aulas expositivas:

[...] vocês perceberam que o Brasil já está virando uma grande nação missionária, recebendo emissários dos Estados Unidos e formando seus

próprios multiplicadores, que estarão empenhados em espalhar a palavra de Deus para os menos afortunados. (O BRASIL..., 2008, p.1).

Outros textos enfatizaram o papel central dos Estados Unidos numa *cruzada* mundial contra o ateísmo e contra as religiões infiéis, associando o Brasil à África e a países da Ásia, onde o cristianismo ainda não seria hegemônico:

É importante receber missionários de maior nação evangélica do mundo, nação que tem a missão divina de civilizar e cristianizar todos os povos. O Brasil, terra de índios, infiéis e cristãos fracos, agora está sob as asas do cristianismo missionário e está produzindo seus próprios líderes, deixando de ser cada vez mais parecido com a África e suas magias e com o outro lado do mundo, dominado por falsos profetas e filosofias exóticas. A penetração da palavra de Deus já atingiu até o Iraque, país marcado pela intolerância e pelo fanatismo. (O NOVO..., 2008, p. 1).

A conotação política desse texto era nítida, com a justificação do expansionismo norte-americano baseada em critérios puramente religiosos. É importante notar que tal sacralização da geopolítica substituiu, aos poucos, as discussões mais profundas sobre as causas dos conflitos no Oriente Médio e na Ásia.

O que se construiu, nesses textos, foi uma filosofia da história que negava a validade dos valores liberais e a legitimidade da diversidade cultural. A questão dos direitos civis apareceu subordinada à pertença religiosa do cidadão. No Brasil ideal, segundo tal concepção, as diversidades (de pensamento, de orientação sexual, etc.) não seriam mais respaldadas pela lei:

[...] quando começarmos a punir os homossexuais, os pedófilos, os infiéis e os ateus e não deixarmos que a lei os proteja, eles não terão escolha senão abraçarem a verdade e abandonarem seus vícios e fraquezas. A lei deve proteger o homem íntegro, moral e religiosamente e não as ervas daninhas que destroem todos os valores cristãos. (O FUTURO..., 2003, p. 1).

No que se refere ao campo educacional, essa luta pela *sacralização* do Brasil também apontava caminhos e nomeava os inimigos a serem combatidos:

[...] devemos ensinar aos nossos alunos e aos nossos filhos a verdadeira história, aquela que é a da vitória dos valores cristãos e da derrota do grande inimigo e dos seus aliados. Devemos purificar o ensino para que ele não corrompa as crianças. Não devemos ensinar a admirar o carnaval, essa festa pagã e nem devemos incentivar as crianças a desenhar máscaras demoníacas nas aulas de educação artística. O ensino religioso não deve perder tempo com falsas religiões, como o espiritismo, a macumba e outras formas de magia. Não devemos dar destaque para seres folclóricos que só fazem frutificar a ignorância, como o saci e outras coisas do demônio.

Também não devemos destruir a sagrada família, com a tolerância à separação, ao homossexualismo. (A VERDADEIRA..., 2001, p. 1).

A questão missionária forneceu o combustível para uma concepção de modernidade diferente daquela produzida pelas ciências sociais. Modernidade, nos textos religiosos, significaria a expansão do cristianismo por meio da ação missionária. Esse seria, segundo os textos, o novo *sentido* da história humana:

A história do homem entrou numa nova era, em que a palavra de Deus finalmente virou o centro da ação dos homens no mundo. Os missionários que estão construindo esse nova era já estão espalhados pelo mundo, pregando na África, para acabar com as idolatrias e a miséria, distribuindo Bíblias na China, para converter uma população milenar que ainda não conhece o verdadeiro Deus, cristianizando o Brasil, a Argentina, o Chile. O futuro e a modernidade serão dos filhos do Senhor e a história vai mostrar que tudo tinha que caminhar para isso. (A MODERNIDADE..., 2001, p. 1).

Uma nova versão do *fim da história* foi criada, não mais baseada em concepções liberais, como o famoso livro de Francis Fukuyama⁵, mas sim religiosas:

A história do homem está chegando ao fim e o fim é a vitória dos homens de Cristo. Tudo caminha para essa vitória. Vai chegar um dia que toda a humanidade será cristã e a Bíblia vai ser o livro de onde todos os valores brotam e toda lei tem início. Os mentirosos serão vencidos e não haverá espaço para os impuros. A luta começou agora, vai durar um tempo, mas a vitória é certa. (A VITÓRIA..., 2001, p. 1).

Foram poucos os textos que teceram uma filosofia da história coerente e com pressupostos bem definidos. Pude encontrar, contudo, algumas falas que remeteram à necessidade de subordinar a História (e as outras ciências) a uma forma de conhecimento representada como *superior*. Além disso, os textos defenderam que tal conhecimento *superior* seria a Teologia:

Todas as ciências do homem devem obedecer a uma verdade superior, que pode ser revelada pela teologia. A teologia nos faz entender os desígnios de Deus. Todos os professores deveriam cursar teologia para saber os fundamentos da verdade. (A VITÓRIA..., 2001, p. 1).

Essa supervalorização da Teologia encontrou respaldo em parte do alunado. De fato, em pesquisas realizadas entre 2001 e 2005, que inquiriam qual o curso superior que o aluno preferia ingressar quando terminasse o terceiro colegial, constatei que o curso de Teologia era o terceiro em preferência entre os alunos do ensino público. Em pesquisas realizadas

com alunos de três importantes faculdades privadas da região (Centro Universitário Toledo de Araçatuba, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Penápolis e Faculdade Metodista de Birigui), verifiquei que parte significativa dos alunos gostaria de cursar Teologia para complementar sua formação. As turmas que demonstraram maior interesse por Teologia foram de Pedagogia, Letras e História. Mesmo alunos de cursos voltados para outras áreas que não a docência demonstraram interesse por estudos religiosos. O aumento da presença de evangélicos em tais cursos é, provavelmente, um dos fatores que explica parcialmente tal interesse. O fato é que não encontrei, na década anterior, alunos que apontassem de forma tão categórica a religião como motivadora de sua entrada no ensino superior. As ciências seriam, para a maioria deles, um *meio* para confirmar as *verdades* da Bíblia. A percepção desse interesse, por parte das instituições privadas de ensino superior, levou, no final da década, algumas delas a oferecerem cursos de graduação em Teologia e módulos de extensão versando sobre temas religiosos⁶. Entre os alunos da escola pública, uma filosofia da História de caráter eminentemente religioso também obteve ampla divulgação e aceitação no período estudado, sobretudo a partir de 2001.

Outro alvo dos textos religiosos foi o movimento filosófico conhecido como Iluminismo, que teve origem na França do século XIX. Os textos que se referiram ao Iluminismo de forma negativa já eram comuns no início da década de 1990, ainda que parte das críticas se alimentasse da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer. Paulatinamente, tais críticas passaram a ter um teor religioso. Em meados da década, os primeiros textos desse tipo começaram a circular pelas escolas públicas. O mais antigo se refere ao Iluminismo como um movimento de ateus dispostos a destruir a fé cristã:

[...] no século XVIII e daí para frente muitos homens que se diziam pensadores começaram a combater a religião, tentando destruir a fé cristã e a verdade das escrituras. Muitos tinham ligações com grupos satânicos e influenciaram o marxismo que veio depois, uma doutrina de ateus que quer destruir o mundo. (O VERDADEIRO..., s/d, p. 1).

O Iluminismo, movimento filosófico complexo e multifacetado, atacou, no século XVIII, os fundamentos do Antigo Regime, que se assentava sobre a ideia de poder divino dos reis e sobre a noção de obrigação do súdito perante os governantes. Como o fundamento ideológico do Antigo Regime era necessariamente religioso, a luta dos Iluministas (que já começara nos séculos anteriores com John Locke) se direcionou contra a junção entre Estado e Igreja e a favor de uma filosofia moral individualista. A nova moral, portanto, apregoada pelos iluministas, prescindia, na maior parte dos casos, de fundamentos metafísicos.

A filosofia moral do Iluminismo foi cognitivista, postulando a possibilidade de uma ética na razão, que seria capaz de desvendar as estruturas do mundo natural e os fundamentos do comportamento moral e da norma ética; foi também *jusnaturalista*, afirmando, desde Locke até Rousseau, que a moral podia ser fundada com base na conformidade do comportamento humano com a lei da natureza; e foi empirista, como no pensamento de D'Alembert, que afirmava que o fundamento da moral seria as sensações do prazer e do desprazer. A busca pelo prazer e a fuga do desprazer seriam fundamentos para a construção da moral. O desdobramento final da ética iluminista aconteceu quando Kant afirmou que a moralidade se funda única e exclusivamente na razão. Surgiu daí o *imperativo categórico* kantiano, procedimento, segundo ele, pelo qual o indivíduo testa a máxima de suas ações para verificar em que medida ela é generalizável. Ser for generalizável, poderia aspirar ao estatuto de lei moral universal (ROUANET, 2007, *passim*). Em suma, a filosofia das luzes confiava na *razão*, vista como capaz de conhecer e dominar a natureza, promover o aperfeiçoamento moral e a emancipação política do homem. A razão iluminista refutava o mito e a metafísica, substituindo-os pela atitude científica⁷. Em quase todas as suas vertentes, portanto, a ética iluminista foi individualista e contrária à metafísica.

Muitos dos textos religiosos falavam da imoralidade pregada pelo Iluminismo e até de uma busca exacerbada do prazer, que fundamentariam o egoísmo e o individualismo moderno: “O Iluminismo e seus seguidores queriam apenas buscar o prazer e foram contra a moral e os bons costumes. Não admira que muitos deles eram satanistas e membros de sociedades secretas”.(O ILUMINISMO..., 1995, p. 1).

A menção às sociedades secretas criadas pelos iluministas foi constante, mas os escritos não citavam textualmente a Maçonaria. Talvez isso devesse ao fato de que muitos professores que atuam nas escolas estaduais sejam maçons, fato que criaria um atrito direto entre eles e seus pares evangélicos e católicos. A crítica, presente nos textos, à exacerbção dos prazeres na ética iluminista não procedeu e se alimentou dos casos extremos (como o de La Mettrie e do Marquês de Sade que priorizaram o prazer sensual), negando a existência de controle dos impulsos passionais no individualismo da ilustração. De fato, a busca pela felicidade e pela autorrealização, centrais na filosofia iluminista, demandava o controle dos apetites destrutivos. Naturalmente, as críticas acentuam os extremos. A noção de que a imoralidade e o hedonismo são as bases do Iluminismo davam a tônica da maioria das críticas presentes nos textos estudados.

Um conceito que balizou a educação brasileira após o fim da ditadura militar é o de cidadania. O Brasil, após a ditadura, se viu diante do desafio de construir, politicamente e ideologicamente, a democracia. Uma das consequências de tal esforço, em diferentes contextos, foi a disseminação do conceito de cidadania, conceito que paulatinamente

substituiu as referências políticas do passado, tanto entre políticos e jornalistas, quanto entre parte da intelectualidade. A cidadania, segundo José Murilo de Carvalho, caiu literalmente na boca do povo, e acabou substituindo o próprio povo na retórica política. O entusiasmo com a abertura e com a construção da democracia foi construída uma nova Constituição para o Brasil, a Constituição de 1988, considerada a primeira *Constituição cidadã* do país (CARVALHO, 2001).

O conceito de cidadania e seus corolários, extraídos principalmente da tradição liberal, acabou fomentando amplas discussões no campo educacional. Todos os intelectuais e gestores da educação, de uma forma ou de outra, passaram a se considerar defensores de uma *educação cidadã*, ainda que os valores e propostas defendidos por eles não fossem idênticos, pois a cidadania é concebida de forma diferente no amplo espectro político da direita à esquerda. Lá, os valores liberais clássicos dão a tônica, ao passo que, na esquerda, o conceito de cidadania abarca a construção de direitos sociais. Mas em um ponto existe certa concordância entre os defensores da cidadania: o cidadão deve ter seus direitos civis e políticos respeitados. Entre os valores *cidadãos* veiculados pela nova educação democrática, figura o respeito pela diversidade (racial, cultural, sexual, etc.) e pela livre expressão de ideias.

Muitos textos religiosos passaram a atacar, desde meados da década de 1990, alguns dos valores liberais e democráticos presentes nas novas propostas educacionais. Alguns deles criticaram diretamente o laicismo presente em tais propostas.

A educação deixou de formar moralmente as pessoas com base nos valores certos. A escola laica do Brasil atual foi criada por esquerdistas que querem destruir os valores tradicionais e a família brasileira. O respeito pela diversidade vai contra a sociedade saudável que os bons cristãos querem para o Brasil. (A EDUCAÇÃO..., 1995, p. 1).

Alguns textos aconselham os alunos a sabotarem as aulas de História, Geografia ou Filosofia que discutem o tema da diversidade:

O que um aluno consciente deve fazer quando são discutidos nas aulas valores distorcidos e considerados como normais? Ele deve se manifestar contra as depravações e fazer as atividades de forma mecânica para conseguir nota. Depois deve comunicar seus pais para que eles exijam da escola a retirada de algumas matérias das aulas de história, geografia ou filosofia. Alguns valores estão errados e não devem nem ser discutidos [...]. (O ALUNO..., 1997, p. 1).

Em linhas gerais, a concepção de História presente nos textos religiosos se baseou em um único fio condutor: a expansão universal do cristianismo em sua vertente evangélica.

Em todos os períodos históricos analisados nos textos, a representação do *outro* foi estereotipada, pois o *outro* foi adjetivado de forma negativa, como inferior, selvagem, primitivo, etc. O protagonista das narrativas históricas religiosas é quase sempre o homem ocidental, cristão, apresentado com alguém que tem uma missão civilizadora e cristianizadora no mundo (os dois termos aparecem de forma complementar). Assim, o *outro* foi negado como ser autônomo, sendo construído como inimigo a ser vencido na construção do mundo homogêneo apregoado pelo cristianismo e pelos valores ocidentais. O Oriente, na maioria das vezes, apareceu como o *outro* ideal do Ocidente, seu antípoda, ou inimigo perverso, visto como inferior, animalesco e, quase sempre, perigoso. Na verdade, esse Oriente imaginário se origina na antiga matriz cultural greco-romana-cristã. Historicamente, o Oriente foi considerado pelo Ocidente como uma metade imperfeita (por causa do caráter *cismático* de seu cristianismo) ou pelo seu regime despótico, imagem que foi fortalecida pelas teorias políticas da modernidade (DEL ROIO, 1998, p. 11). Além desse *outro* externo, que é apresentado como alguém que deve ser combatido, convertido ou, em casos extremos, destruído, os textos também constroem a imagem de um *outro* interno ao Ocidente, um inimigo objetivo que deve ser combatido em nome dos valores cristãos.

Recebido em: 03/05/2015

Aprovado em: 12/12/2015

NOTAS

¹ Em princípio, esse levantamento de dados foi realizado em trinta UEs, abrangendo mais de quatro mil alunos e mais ou menos quinhentos professores. A maioria das UEs pesquisadas estava, até 2008, sob a supervisão da Delegacia de Ensino sediada na cidade de Birigui. Em 2008, com o início das atividades da Delegacia de Ensino de Penápolis, muitas das UEs pesquisadas passaram para sua supervisão.

² A Primeira República no Brasil deu vazão a um pensamento radical de defesa do índio. Os positivistas alegavam que os indígenas deveriam constituir nações livres, com territórios delimitados e respeitados. Apesar do radicalismo positivista, a primeira constituição da república não tratou da questão indígena. O assunto, todavia, sempre esteve presente nas discussões republicanas, com a adesão de liberais, cientistas e jornalistas. A criação do SPI foi motivada, entre outras razões, pelas acusações feitas em escala internacional contra o Brasil, que passou a ser visto como terra de matadores de índios. A ação do SPI, assentada sob o ideário positivista, era pautada na ideia de aculturação, com o índio sendo aos poucos e pacificamente absorvido pela cultura brasileira. Na década de 1950, com a criação do Museu do Índio e a influência de diversos antropólogos, a noção de cultura e etnia passou a ter mais importância. Aconteceu então a substituição da noção e da prática positivista de doar terras aos índios de acordo com sua suposta capacidade de usá-las por uma mais complexa, que levava em consideração elementos como a perambulação tradicional, integridade ecológica e crescimento demográfico. Papel de destaque em tal mudança de paradigmas

coube a Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e os irmãos Villas-Boas. Nos anos 60 do século passado, os militares substituíram o SPI pela Funai (Fundação Nacional do Índio) (GOMES, 2003, p. 432-434).

³ Ibidem, p. 13.

⁴ No primeiro semestre de 2008 houve uma diminuição significativa do uso de textos religiosos. Tal fenômeno se deve às radicais mudanças curriculares implementadas pelo governo estadual. No referido semestre os professores receberam novos materiais didáticos e novas diretrizes curriculares, o que demandou um longo período de adaptação. O novo método acabou por uniformizar o ensino, forçando os professores a abandonarem, pelo menos por algum tempo, os materiais próprios.

⁵ O discurso sobre o “fim da história” é parte da tradição cultural intelectual do mundo Ocidental. Ele já teve várias versões, desde teológicas até filosóficas. No século XX, tal discurso se alimentou da desintegração da URSS e da representação ideológica da universalização dos valores liberais do Ocidente (ANDERSON, 1992, Passim). É esta versão liberal, alimentada pela ideia de democracia liberal em termos políticos e livre mercado em termos econômicos, que deu base às concepções de Francis Fukuyama. A globalização econômica seria o processo final de desenvolvimento do livre mercado, com a difusão do individualismo e consumismo (DEL ROIO, 1998, p. 9.)

⁶ Em julho de 2008, a Faculdade de Ciências e Letras de Penápolis, por exemplo, passou a oferecer um curso de extensão intitulado *Conversa sobre religião ocidental: quebrando paradigmas*. Nos objetivos do curso consta que se trata de um curso que visa inserir as discussões sobre religião no âmbito da academia sem preconceitos. O programa do curso, por outro lado, mostra uma ênfase muito grande no trato do protestantismo. O catolicismo só aparece no programa em suas vertentes medievais, e termina num item chamado *Inquisição*, o que demonstra o caráter proselitista do curso. Nada consta, no programa, a respeito das perseguições realizadas pelos calvinistas na Suíça ou mesmo às guerras religiosas da Idade Moderna.

⁷ Uma das principais críticas ao Iluminismo foi realizada pela Escola de Frankfurt. Os frankfurtianos buscavam, diante do pessimismo metafísico, redefinir a razão e, com o restabelecimento da imaginação estética, reencantar o mundo que havia sido despoetizado pela técnica (MATOS, 2005, passim). Tal crítica não foi absorvida nos textos religiosos em discussão.

FONTES

A verdade das escrituras contra os falsos profetas. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

Relativismo e crise de valores. Penápolis, s.d. Texto crítico distribuído nas escolas.

Mentiras sobre os índios. Penápolis, s.d. Texto crítico distribuído nas escolas.

Discutindo a cultura dos índios. Penápolis, s.d. Texto crítico distribuído nas escolas.

A Europa cristianizando a América segundo a vontade de Deus. Penápolis, s/d. Texto crítico distribuído nas escolas.

Que querem os protetores de índios. Penápolis, 2007. Texto crítico distribuído nas escolas.

O problema do índio e o progresso. Penápolis, 2007. Texto crítico distribuído nas escolas.

Os índios e os missionários de Cristo. Penápolis, 2007. Texto crítico distribuído nas escolas.

As colônias de povoamento e a vontade divina. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

O Brasil e a ética protestante. Penápolis, 2004. Texto crítico distribuído nas escolas.

O Brasil explorado pelos portugueses. Penápolis, 2005. Texto crítico distribuído nas escolas.

O Brasil para Cristo, espalhe isso! Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.

O papel evangelizador do Brasil. Penápolis, 2005. Texto crítico distribuído nas escolas.

África e Brasil exorcizando o demônio. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

As razões da descoberta do Brasil estão na vontade de Deus. Penápolis, 1998. Texto crítico distribuído nas escolas.

Em defesa do cristianismo. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

A vitória do povo de Jesus. Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.

O papel histórico do Brasil no mundo. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

O Brasil na rota dos missionários. Penápolis, 2008. Texto crítico distribuído nas escolas.

O novo mundo cristão. Penápolis, 2008. Texto crítico distribuído nas escolas.

O futuro do Brasil está em nossas mãos. Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

A verdadeira história é a história da vitória de Cristo. Penápolis, 2001. Texto crítico distribuído nas escolas.

A modernidade em Cristo. Penápolis, 2001. Texto crítico distribuído nas escolas.

A vitória de Cristo no fim da história. Penápolis, 2001. Texto crítico distribuído nas escolas.

O verdadeiro sentido do iluminismo não é a liberdade do homem mas o reino do diabo. Penápolis, s/d. Texto crítico distribuído nas escolas.

O iluminismo e o satanismo. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

A educação e a crise de valores. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

O aluno cristão diante da mentira. Penápolis, 1997. Texto crítico distribuído nas escolas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. De costas para Rondon. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2755>>. Acesso em 5 de fev. 2008.

DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

GOMES, Mércio Pereira. O caminho brasileiro para a cidadania indígena. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bessanezzi. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 432-434.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MATOS, Olgária Chain Féres. *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 2005.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: história e geografia. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. *A cadeira de rodas de Stephen Hawking: religião, representação do outro e da ciência em escolas públicas de Penápolis na virada do século XX para o XXI (1990-2008)*. 2010. 258 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

PINHEIRO, Tânia. Americanos vêm para abençoar Penápolis. *Diário de Penápolis*, 21 set. 2008, p. 2.

PLEKHÂNOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ROUANET, Sérgio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.